

ÁREAS CORPORATIVAS

As Áreas Corporativas incluem o Compliance Office, a Direção de Planeamento e Controlo Orçamental, o Gabinete de Estudos, o Núcleo de Projetos Estratégicos, a Direção de Informação de Gestão, a Direção de Contabilidade e Consolidação, a Direção de Relações com Investidores, a Direção de Auditoria, a Direção Jurídica, a Direção de Assessoria Fiscal, a Secretaria Geral, a Fundação Millennium bcp, a Direção de Comunicação, o Secretariado da Sociedade, a Foreign Business Support Unit, a Direção de Suporte à Gestão de Pessoas, o Risk Office, a Direção de Rating, a Direção de Participações Financeiras e a Direção de Assets and Liabilities Management.

Durante o ano de 2011, a atividade das Áreas Corporativas manteve-se enfocada em iniciativas no âmbito da gestão dos Colaboradores, de apoio ao desenvolvimento da estratégia, do reforço da disciplina na gestão do risco e do capital, de simplificação do Banco e de melhoria da eficiência.

COMPLIANCE OFFICE

O Compliance Office adequou a sua ação às novas exigências normativas e solicitações crescentes por parte da organização tendo sido relevante a sua atuação nos processos de criação e alteração de produtos, enquanto garante do cumprimento dos princípios e regras de transparência, veracidade e equilíbrio em conformidade com os princípios regulamentares vigentes. De relevar ainda a monitorização e controlo da atuação das redes comerciais, prevenindo a utilização do banco para fins ilícitos, nomeadamente o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, e ainda a atuação em matéria de prevenção do abuso de mercado. O processo de integração dos princípios e regras da função de *compliance* por toda a organização é o objetivo fundamental para o próximo ano, com o envolvimento em profundidade nos programas de desenvolvimento tecnológico e de formação para toda a organização, integrando os princípios de ética e deontologia de forma contínua, para que os princípios de rigor e transparência sejam consolidados transversalmente.

DIREÇÃO DE PLANEAMENTO E CONTROLO ORÇAMENTAL

A Direção de Planeamento e Controlo Orçamental (DPCO) desenvolveu em 2011, no quadro das suas atribuições, um conjunto de atividades regulares tendo em vista o cumprimento dos deveres de prestação de informação e de reporte periódico às autoridades de supervisão, de divulgação ao mercado e de apoio aos órgãos sociais. A DPCO coordenou e/ou participou em múltiplas atividades, em estreita colaboração com outras Unidades Orgânicas do Banco e/ou entidades externas, das quais se destacaram a elaboração e sucessivas revisões periódicas do “Plano de Liquidez e Capital 2011-2015” do Grupo, bem como os exercícios de *Stress Test* promovidos pelas entidades de supervisão nacional e europeia (EBA). No quadro da agenda estratégica definida para o Grupo, a DPCO interveio na monitorização e controlo rigoroso dos custos operacionais e na definição dos *Key Performance Indicators* (KPIs) para 2011, bem como no processo de planeamento estratégico para 2012 e projeções até 2015, incluindo a elaboração dos orçamentos individuais de custos operacionais e de investimentos, o apoio à reflexão e alinhamento estratégico das Unidades Orgânicas na definição dos respetivos objetivos e KPIs, assim como a elaboração dos orçamentos individuais das Empresas Subsidiárias e o orçamento consolidado do Grupo para 2012.

GABINETE DE ESTUDOS

O Gabinete de Estudos assegurou o cumprimento das obrigações periódicas de reporte do Banco enquanto sociedade aberta, preparou as diversas reuniões com as agências de *rating*, coordenando em simultâneo a resposta às suas solicitações pontuais de informação, procedeu ainda ao acompanhamento e análise da conjuntura económica e do sistema financeiro. Manteve a prática de divulgação de estudos por meios eletrónicos, através de apresentações a Clientes, internos e externos, e a colaboração regular com a imprensa, para partilha das principais conclusões consequentes à análise. O Gabinete de Estudos participou em diversos projetos com destaque para a reformulação do modelo de negócio em Portugal, a continuação da aposta na criatividade dirigida no domínio da inovação, o reporte aos *Stakeholders* da informação sobre a Sustentabilidade e a análise e *benchmarking* da concorrência. Efetuou diversas análises e avaliações de segmentos de atividades em Portugal e de subsidiárias nacionais e internacionais e atualizações frequentes da avaliação *Sum-of-Parts* do Grupo BCP. Efetuou ainda diversos estudos no âmbito da gestão e otimização do capital e do desempenho do setor bancário português e europeu. Coordenou os trabalhos de análise das implicações para a atividade do Grupo BCP, decorrentes do pedido de Assistência Financeira Externa, trabalhos esses desenvolvidos por uma equipa interna e multidisciplinar. Apoiou ainda a elaboração dos Relatórios do Plano de Liquidez e Capital e dos *Stress Tests* efetuados no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira. Em 2012, o Gabinete de Estudos continuará a prosseguir a sua emissão sendo de destacar adicionalmente os Relatórios no âmbito do Programa de ajustamento económico e financeiro e o enfoque no acompanhamento da implementação dos diferentes modelos de negócio no âmbito do “Projeto M”.

ESCLARECIMENTOS RELATIVAMENTE A ALGUNS INDICADORES GRI

FS3 - O Millennium bcp estabelece as condições de venda de produtos e serviços e os respetivos mecanismos de monitorização dos processos em normativos internos que estão sujeitos ao parecer da Direção de Auditoria, Risk Office e Compliance Office, antes de serem divulgados e publicados no portal interno do Banco.

FS12 - As políticas estão definidas, são públicas e aplicam-se para o Grupo BCP (que inclui empresas Subsidiárias). As empresas Associadas têm políticas próprias.

A Millennium Gestão de Ativos ('MGA'), subsidiária do Grupo Millennium BCP para a gestão de fundos de investimento de marca Millennium, tem um parceria com uma das mais antigas casas de Gestão de Ativos do Reino Unido - F&C Asset Management - entidade reconhecida pela preocupação com a sustentabilidade dos produtos financeiros geridos. A F&C usa a sua influência, enquanto investidor de grande dimensão, encorajando as empresas em que investe a adotar os mais elevados standards de governo societário e a implementar sistemas robustos de gestão de riscos ambientais e sociais. Em especial, através do seu programa de envolvimento com a gestão das empresas "reo", as empresas em que os patrimónios são investidos são incentivadas a melhorar os seus desempenhos em matérias como alterações climáticas, corrupção, direitos humanos e governo societário. Ao ver atribuída à F&C a responsabilidade pela gestão dos seus fundos de ações, os investidores dos Fundos Millennium beneficiam de uma experiência e de uma preocupação permanente do gestor em assegurar que as empresas em que os seus patrimónios são investidos adotam práticas responsáveis e gerem os respectivos negócios com o objetivo de sucesso a longo prazo.

EC4 - O Grupo Millennium não recebeu em 2011 qualquer apoio financeiro do Estado.

EN2 - O Millennium bcp não utiliza papel reciclado, recorrendo à utilização de papel certificado de acordo com a metodologia do *Forest stewardship Council*. No âmbito do consumo de materiais e tratamento responsável dos resíduos o Banco procura uma adequada valorização dos resíduos que gera.

EN9 - A principal fonte de abastecimento de água do Millennium bcp é a rede pública nas diferentes localizações geográficas. O indicador é considerado não relevante para o Banco, uma vez que a sua atividade não está dependente da utilização intensiva de água.

EN11 - O Millennium bcp não tem a sua atividade operacional em áreas protegidas ou adjacente às mesmas. O Banco avaliou a localização dos terrenos, e concluiu que o indicador não tem relevância.

EN13 - A atividade desenvolvida pelo Banco não tem um impacto significativo direto na biodiversidade, em habitats protegidos ou restaurados, justificando a não relevância do indicador.

EN15 - A atividade desenvolvida pelo Banco não tem um impacto significativo direto na biodiversidade. Como consequência, não tem um impacto nas espécies da Lista Vermelha da IUCN ou em listas nacionais de conservação de habitats.

EN19 - De acordo com as diretrizes do GRI (*Global Reporting Initiative*), as emissões de substâncias depletoras da camada de ozono associadas à utilização de equipamentos com este tipo de poluentes não são abrangidas por este indicador, pelo que não é aplicável à realidade do Grupo Millennium. A atividade do Banco não está dependente nem implica a emissão intensiva deste tipo de poluentes, justificando a não relevância do indicador.

EN20 - As emissões atmosféricas (Nox, Sox, e outras emissões) não são significativas para respetivo reporte. A atividade do Banco não está dependente nem implica a emissão intensiva deste tipo de poluentes.

EN21 - As descargas do Banco são efetuadas em sistemas públicos de saneamento locais. A atividade do Banco não recorre a descargas intensivas, nas diferentes geografias, justificando a não relevância deste indicador.

EN23 - A atividade operacional e comercial do Banco não origina derrames significativos, justificando a não relevância do indicador para o Millennium bcp.

EN24 - O Millennium bcp não produz nem transporta resíduos perigosos, nos termos da Convenção de Basileia, justificando a não relevância deste indicador.

EN25 - As descargas do Banco são efetuadas em sistemas públicos de saneamento locais. Devido à natureza da sua atividade, o Banco não recorre a descargas significativas não afetando de forma significativa os recursos hídricos e respetivos habitats. O indicador não é relevante para a atividade operacional do Banco.

EN27 - O indicador não é relevante para a atividade do Millennium bcp, dado que o Banco não possui produtos passíveis de ser recuperados e reutilizados. No entanto, o Banco tem vindo a diminuir os recursos necessários à disponibilização de produtos e serviços aos Clientes, como é exemplo o projeto Green IT ou a desmaterialização de documentos para Clientes e para o Banco.

EN28 - O Millennium bcp não tem conhecimento de multas significativas (acima de 20 mil euros) ou sanções não monetárias resultante da não conformidade com leis e regulamentos ambientais dirigidos à Instituição.

EN30 - O Millennium bcp realiza constantemente análises custo/ benefício das ações implementadas para redução da sua pegada ecológica, no entanto, o Banco não sistematiza nem reporta de forma agregada esta informação.

LA5 - O Millennium bcp, por via dos Acordos Coletivos de Trabalho que negociou, tem definido um período mínimo a ser observado para efeitos, da comunicação das transferências aos Colaboradores (30 dias no âmbito do ACTVertical, cláusula 32.º, n.º 6; 60 dias no ACT dos Quadros, cláusula 34.º, n.º 3), sem prejuízo de poder ser observado outro prazo por acordo entre as partes, atenta a especificidade de cada situação.

LA6 - O Millennium bank na Roménia tem um Comité de Saúde e Segurança composto por oito pessoas, das quais sete são Colaboradores do Banco.

LA7 - O Banco não disponibiliza informação sobre doenças ocupacionais dos seus Colaboradores porque por motivos de confidencialidade da informação, apenas o respetivo médico que acompanha o Colaborador tem acesso a essa informação. Os Prestadores de Serviços estão abrangidos por um Seguro de Saúde contratado pela empresa para a qual trabalham.

LA9 - Todos os serviços de assistência médica disponibilizados aos colaboradores do Millennium bcp em Portugal - incluindo acesso ao SAMS (Serviço de Assistência Médico Social, gerido pelo sindicato do setor) e à Médis (seguro de assistência privada) - são extensíveis aos cônjuges e filhos dependentes, permanecendo válidos com a passagem dos Colaboradores à situação de reforma.

HR4 - Em 2011, o Banco não tem conhecimento de registo de incidentes considerados como discriminação.

HR8 - Em 2011, estiveram afetas ao serviço de vigilância e segurança em Portugal 120 pessoas. Este serviço é prestado ao Banco por duas empresas externas de segurança. Os direitos humanos estão assegurados pelos respetivos códigos de conduta/ processo de formação, conforme descrito na documentação destas duas empresas, que é disponibilizada ao Millennium bcp.

HR9 - No âmbito das geografias em que opera, a violação dos direitos dos povos indígenas é um tema sem materialidade, justificando a não relevância do indicador para o Millennium bcp.

HR11 - Em 2011, o Banco não tem conhecimento de registo de incidentes considerados como violação dos Direitos Humanos.

SO4 - Não há registo de incidentes, em 2011, relacionados com processos de corrupção de Colaboradores do Millennium bcp.

SO5, SO6 - O Banco não intervém nem influencia a definição de políticas governamentais, nem está envolvido em grupos de pressão com essa finalidade. Não são realizadas qualquer tipo de contribuições financeiras, monetárias ou em espécie a partidos políticos ou a instituições relacionadas.

SO7 - Em 2011, não se registaram incidentes decorrentes de concorrência desleal, *antitrust* e práticas de monopólio.

SO8 - O montante de sanções pecuniárias significativas (acima dos 20 mil euros), por incumprimento com legislação e regulamentos em vigor, respeita a uma sanção com o valor de 330 mil euros.

PR1 - Os produtos e serviços disponibilizados pelo Millennium bcp não têm impacto direto na saúde e segurança dos Clientes. Os riscos associados aos produtos e serviços são, desde o momento da sua conceção até ao vencimento, monitorizados através dos sistemas de segurança, plano de continuidade de negócio, gestão de risco, sistema de gestão de qualidade e controlo de *compliance*.

PR2, PR7 - Em 2011, O Banco não tem conhecimento de registo de incidentes.

PR4, PR9 - Verificou-se o registo de um incidente no Millennium bank na Grécia, que correspondeu a uma coima de 30 mil euros.